

ATA 13

Ao terceiro dia do mês de dezembro de dois mil e quinze, reuniu-se pelas 21h 30, a Assembleia Extraordinária da Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Almeida Praça, deu início à reunião pelas 21h 30 estando presentes:

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa Branco Teixeira (RM)
- Luís Manuel Noura Grabulho (RM)
- João Manuel Pereira de Sousa (RM)
- Carlos Miguel Ginja Barbosa (RM)
- Francisco Eduardo Couto Vasques de Carvalho (RM)
- Arnaldo Dias de Andrade (RM)
- Marco Régis La Comblez Leitão (PS)
- Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha (PS)
- Adriana Patrícia Pacheco da Silva (PS)
- Manuel de Jesus Carvalho (PS)
- Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto (PSD)
- Francisco José Fonseca Lima Andrade Tártaro (PSD)
- Luís Miguel Bonifácio Osório (PSD)
- José Alberto Mendes Falcão dos Reis (BE)
- Perfeito de Jesus Monteiro (CDU)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)

Foi apresentado os seguintes pedidos de substituição:

- António José Rodrigues Moutinho Cardoso (RM) – substituído por Luís Manuel Noura Grabulho;
- Susana Salbany Constante Pereira (BE) – substituída por José Alberto Mendes Falcão dos Reis;
- Ana Luísa Pinto de Sá do Nascimento Castro (RM) – substituída por João Manuel Pereira de Sousa;

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente – Mário José Machado de Faria e Almeida Praça
- 1º Secretário – Marco Régis La Comblez Leitão
- 2ª Secretário – Carlos Miguel Ginja Barbosa

Pelas 21h 30 o Presidente da Assembleia, deu início aos trabalhos e cumprimentou todos os presentes.

Foi feita a chamada pelo 1º secretário da mesa, Marco Leitão, estando ausente os seguintes membros da assembleia: Gabriela Loureiro Queirós e Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos.

Presenças associativas:

- Associação dos Doentes Renais;
- Associação Dr. Nuno Pinheiro Torres;
- Associação do Bairro da Mouteira.

Presidente da Assembleia: não estando presente a segunda secretária, Ana Castro, foi substituída pelo membro Carlos Ginja, do grupo RM.

Devido a última assembleia foi solicitado um pedido de parecer a CCDR-N, sobre o que se passou e da questão da assinatura dos livros das atas. Foi distribuído a todos membros o parecer da CCDR-N e dados dois minutos para ser lido por todos os presentes.

Foi apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, um voto de pesar pelo Vereador da Câmara Municipal do Porto, que faleceu recentemente e pela perda que esta pessoa faz a esta Cidade. Foi colocado a votação de todos membros e aprovado por unanimidade.

Esta assembleia de freguesia tem vindo sempre a fazer a aprovação das atas na assembleia seguinte, conforme consta do regimento. A CCDR-N emitiu um parecer e nele explica que só pode ser votado e lavrado aquilo que fizer parte da ordem de trabalhos. Como nesta convocatória não está colocada, colocou-se a consignação desta assembleia a votação e a alteração a ordem de trabalhos neste primeiro.

Casimiro Calisto, CDU: "É surpresa em cima de surpresa. Ora vamos lá ver. Era prática corrente que houvesse um esboço de ata logo nos dias após a assembleia e depois, aquelas forças mais diligentes e mais preocupadas ouviam a gravação e punham lá o que achavam ser verdade. E depois isso era trocado, penso que toda a gente recebia esses e-mails com a nova ata, ata corrigida e depois aqui quando havia a votação, as pessoas sabiam o que é que votavam.

Este procedimento foi alterado. Nós tivemos a assembleia a 27 de outubro e a 28 de Novembro, recebemos uma ata em pdf. E nós fomos os primeiros a alertar que era conveniente que viesse em modo word para depois se conseguir escrever sem ter de

reescrever a ata, de fio a pavio. E mais a partir do momento que nos apercebemos que havia alguém que tinha recorrido ao ministério público nós dissemos que para salvaguarda de todos era conveniente que assim fosse. Mandamos 4 apelos e estamos aqui hoje com esta situação que para mim é absurda. A ata de 27 de Outubro não tem nada a ver com este parecer da CCDR-N. Sinceramente, está-se a complicar o que para nós era transparente e era natural. A ata que viesse hoje aqui para votação e então se vamos com esta ideia de que tem de dizer na ordem de trabalhos a aprovação da ata anterior. Andamos anos a fazer asneiras porque votamos sempre e uma ata não é uma gravação, por isso é que ela se vota. Um ata é uma coisa. Uma minuta dum ata é outra coisa. A gravação é outra coisa. Portanto, só estou a dizer que isto está aqui um grande imbróglio e se esta ata não for aprovada hoje e nós CDU não vamos votar nenhuma ata porque não foi nada a possibilidade de nós escrevermos o que textualmente transcrevíamos da votação. Toda a gente vê que na ata que nos foi distribuída há considerações que foram do escrevinhador, do elemento que fez ata”.

Presidente da Assembleia: ainda não foi colocada a discussão da ata, mas sim estamos a resolver a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos. Dar continuidade a forma correta, conforme parecer da CCDR-N e a partir daqui corrigiu-se o que está mal feito e passa-se a incluir sempre na ordem de trabalhos, a aprovação da ata da assembleia anterior.

Casimiro Calisto, CDU: “Desculpe lá a minha insistência porque sinceramente uma coisa que eu gosto é estar a perceber o alcance das coisas. Nem sei se numa assembleia extraordinária que foi convocada com uma determinada ordem de trabalhos se se pode por um outro ponto. Os senhores deviam estar precavidos disso consultarem quem sabe. Não sei se numa assembleia extraordinária que foi convocada com determinada ordem de trabalhos se eu posso acrescentar um novo ponto. Outra coisa, se isto está mal, em Lordelo nunca se pôs um ponto a dizer aprovação da ata anterior. Votava-se a ata e não havia esse ponto na ordem de trabalhos. Mas isto é a nossa opinião CDU. Achamos que se está a ir muito mal, esta reunião podia ser muito mais pacífica. Vinha a ata como se tem feito até aqui e votávamos e era um ponto ultrapassado. Assim não.”

Presidente da Assembleia: no despacho da CCDR-N diz que: “só podem ser objecto de deliberação assuntos incluídos na ordem do dia sendo que no disposto do nº 2 (remeto para o parecer). Por isso, qualquer assembleia pode alterar a ordem do dia, se assim for votada e dar continuidade aquilo que tem sido feito, mas de alguma forma dar legitimidade a alteração desta ordem de trabalhos.

A ata foi em PDF, mas poderia ter sido corrigida pelo Sr. Eng. em paralelo, em qualquer folha e escrever aquilo que entender.

Casimiro Calisto, CDU: “Em relação a esta novidade de se alterar uma ordem de trabalhos de uma assembleia extraordinária eu continuo, não tenho o saber, não sou jurista, tenho quase a certeza que não se pode modificar. Mas há uma coisa, quando as pessoas estão de boa-fé, estão de boa-fé mesmo. Mandar uma ata um mês depois para se aprovar passado uma semana. Isto não era prática anterior. Isto de certeza

não sobrecarregava a parte administrativa, pois faziam este trabalho ao longo de um mês e dizer-se que pode neste período fazer as correções que entender não é assim porque e até pessoas da sua bancada pediram para que as coisas fossem transcritas. E a transcrição integral não ofende ninguém. Estão lá se calhar as palavras que nós não queríamos às vezes. Eu há pouco tempo tive aqui um discurso que depois verifiquei. Não foi o correto. Exatamente, porque havia a transcrição. Havia a audição da gravação e tudo se corrige. Agora, sinceramente, diga-me só que ata é que se vai votar hoje. A ata que foi distribuída em pdf?”

Presidente da Assembleia: só é possível colocar a discussão a ata se antes ela for ou não integrada no ponto da ordem do dia.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: não recebi uma segunda vez a ata e penso que alguns membros também. Quanto a aprovação da ata não tem de constar da ordem de trabalhos, conforme fui informado, pois a ata é o fecho da reunião anterior e até a aprovação da mesma e tudo o que foi definido, não é válido.

Presidente da Assembleia: a informação que prestei foi dada por um organismo oficial nesta matéria, mas se o Sr. diz que tem uma fonte de informação melhor, gostaria de a ver.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: quanto a informação que o Sr. possui e que a tinha desde ontem, foi pedida para nos ser enviada para análise. Lamentamos que o não tenha feito e não tenha havido resposta aos emails que os membros enviaram.

José Reis, BE: a questão é simples e dentro da minha experiência profissional, sempre vi na ordem de trabalhos, aprovação da ata anterior. Em rigor as atas deveriam ser aprovadas no fim das assembleias, onde era feita uma ata, lida e aprovada naquele momento. Por vezes é aprovado um voto de confiança a mesa para a elaboração da ata. Vamos discutir ou não a ata, pois foi entregue, as pessoas leram e agora só tem de concordar ou discordar. Faz-se as alterações necessárias e passava-se já a fase seguinte, por a votação a inclusão ou não na ordem de trabalhos.

Presidente da Assembleia: agradeço e era exatamente isto que era pretendido.

Sr. Eduardo Vasques de Carvalho, se pretende que os comentários sejam gravados agradeço que o faça no microfone, pois doutra forma não nos responsabilizamos pela falta dos mesmos.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: estou de acordo e também para comunicar que ou outros membros da bancada também não receberam em Word.

Presidente da Assembleia: se não recebeu, peço desculpa. Mas não é impeditivo.

Manuel de Carvalho, PS: concordo com o que foi dito pelo membro do BE e penso que a mesa deve colocar de imediato a votação. Se existir alguma anomalia, deve ser retificada e colocada em anexo a ata, mas a opinião da bancada do Partido Socialista é que deve de imediato passar-se a votação.

Casimiro Calisto, CDU: "Eu estive agora a ler o parecer da CCDR-N e há aqui uma coisa que joga para os 2 lados. É a que diz assim: "a contrário, tratando-se de sessão extraordinária do órgão deliberativo, não podem ser objeto de deliberação assuntos não incluídos na ordem de trabalhos. Portanto é só para dizer que não me parece que este rebuscado, que esta forma de dar a volta ao problema seja a correta porque é uma assembleia extraordinária e parece-me que não podem ser incluídos na ordem de trabalhos pontos que o senhor Presidente quer agora incluir, que é a aprovação da ata da assembleia anterior. É e só para dizer mais uma coisa. Eu compreendo a forma como o José Reis, quis rapidamente ultrapassar o problema, para mim isto também não devia ser problema. Devíamos chegar aqui como sempre fizemos e votávamos a ata. Toda a gente tinha conhecimento prévio, há muito tempo. E estamos aqui com estes argumentos labirínticos. Eu só quero dizer mais uma coisa, se a aprovação da ata anterior tinha que constar em todas as atas, então nós andamos a sancionar mal as deliberações das assembleias. Nós aprovamos as atas sem elas constarem das ordem de trabalhos."

Cláudia Costa, RM: faço da declaração do BE às minhas, perdurou o bom senso. Peço ao Sr. Presidente da Assembleia, o favor de ler o parecer da CCDR-N.

Presidente da Assembleia: procedeu a leitura na íntegra do parecer enviado pela CCDR-N (remeto para o parecer).

Cláudia Costa, RM: estamos numa assembleia extraordinária e conforme diz o Sr. Presidente da Mesa, inclui-se o ponto e passa-se a discussão da ata.

Luís Osório, PSD: estamos a meia hora a discutir o que se vai fazer, ou fazemos algo ou vamos embora. Temos um impasse, pois devido ao que está escrito e para as coisas estarem direitas, devem estar por escrito. Avançamos ou convocamos uma nova assembleia, mas uma assembleia extraordinária pode incluir um tema, desde que seja evocado o carácter de urgência e que a assembleia vote esse mesmo carácter de urgência.

Presidente da Assembleia: pergunta se alguém se opõe que este ponto seja incluído na ordem de trabalhos.

Perfeito Monteiro, CDU: "Parece uma batalha campal. O Sr. Presidente ainda agora a pedido da senhora deputada acabou de ler o parecer da CCDR-N e está a propor que de facto seja incluída nesta ordem de trabalhos a aprovação da ata, segundo eu compreendas suas palavras. Em que é que ficamos? Eu não compreendo. Já se fizeram vários apelos para sair aqui desta situação. O senhor leu o parecer da CCDR-N e entretanto está-nos a dizer que de facto se há alguém que se opõe a colocar a ata à votação. Não compreendo esta atitude Sr. Presidente."

Presidente da Assembleia: não quero questionar nada, quero que esta assembleia continue e sejam discutidas o que há para discutir. Até este momento sempre se fez a discussão da ata na assembleia seguinte, se estava bem ou mal, não interessa. Devíamos ter incluído na ordem de trabalhos, mas não tínhamos conhecimento e a partir do momento em que o sabemos, devemos alterar isso.

Casimiro Calisto, CDU: "Desculpe a minha franqueza. Eu pensava que a Assembleia de freguesia fosse um órgão independente da junta. O parecer quem o pediu à Dra. Manuela Gomes da Comissão Coordenadora, o parecer sobre os trabalhos da assembleia, foi a Sra. Presidente da Junta. Eu sinceramente achava que as pessoas sabiam colocar-se no seu lugar e defender órgãos distintos. Em relação ao que disse aqui o Luís Osório, para mim também é penoso, andar para aqui a correr sempre com estas situações que eram facilmente ultrapassáveis. Era a ata ter sido disponibilizada a tempo. Era aparecer aqui como devia para nós validarmos o que aconteceu na assembleia de 27 de Outubro, porque foi a destituição da mesa e a eleição de uma nova e já estávamos à frente à não sei quanto tempo"

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: devido a gravidade de tudo isto e a importância do ponto da ordem de trabalhos, penso que deveria ser discutido pois põe em causa o bem-estar dos fregueses e da comunidade. Deve-se tomar hoje uma atitude, pois a ata deve ser corrigida porque apresenta erros...

Presidente da Assembleia: enquanto não nos decidirmos, agradecia não se pronunciasse sobre a ata.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: agradecia o favor de me ouvir até ao fim e aquilo que proponho era que até a aprovação da ata, esta mesa está ilegal porque só assumir após a aprovação da ata. Mas dada a necessidade desta aprovação ou não aprovação e discutir o assunto desta assembleia, propunha e deixo a responsabilidade de toda a assembleia, que como até a aprovação da ata, a mesa está ilegal, eu assumia a presidência da mesa. Oficialmente, ainda sou presidente da mesa até a aprovação da ata, discutia-se o ponto...

Presidente da Assembleia: Sr. Eduardo Vasques de Carvalho, o Sr. foi destituído de presidente da mesa.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: estou a dar hipótese para se ultrapassar o problema e passa a ser da vossa inteira responsabilidade a vossa atitude.

José Reis, BE: o argumento em que a mesa é ilegal é correto e portanto a única solução óbvia e responsável, é votar a ata. O Sr. Presidente deve passar a votação da ata e quem concordar vota a favor e quem não concordar não vota.

Presidente da Assembleia: iria considerar esta alteração a ata com carácter de urgência e pedir para essa votação para se entrar a ordem normal daquilo que se tem feito em todas as assembleias. Só pretendo legitimidade para se fazer esta alteração. Pergunto se ninguém tem alguma objeção em que o ponto um, seja a aprovação e discussão da ata de 27 de outubro de 2015? Que seja incluído no ponto um?

Casimiro Calisto, CDU: "A CDU vota contra, porque entende que numa assembleia extraordinária não pode haver inclusão de outro ponto que não o que constava. Esta é uma assembleia extraordinária não devia acontecer. Quanto à sumula da questão que é a votação da ata para nós é normal que numa assembleia seguinte se vote a anterior."

Presidente da Assembleia, não querendo deixar de dar seguimento a assembleia, vou dar outra opção óbvia: se a assembleia quiser assumir na sua globalidade não incluir o ponto da ordem do dia e passar a discussão a ata da sessão anterior, é da responsabilidade de toda a assembleia. Se ninguém votar contra, eu não incluo na ordem de trabalhos e toda a assembleia se responsabiliza-se que se passe a votação da ata da última sessão.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: não compreendi, colocou a votação...

Presidente da Assembleia: numa assembleia extraordinária as alterações tem de ser por unanimidade e neste sentido estou a tentar que seja incluído e prosseguirmos com a assembleia.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: a minha proposta colocada anteriormente não é tão descabida e portanto passa a ser responsabilidade sua essa assunção. Enquanto a ata não for aprovada a mesa não está constituída e eu assumindo a presidência não existiria qualquer tipo de incompatibilidade e a assembleia prosseguia. O Sr. tem essa leitura e fica da sua inteira responsabilidade.

Presidente da Assembleia: na última assembleia houve uma votação onde foi destituída a mesa, bem ou mal foi votada. O Sr. foi destituído nessa assembleia e só isso.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: eu sei que fui destituído mas quero que entenda que para haver legalidade na votação que pretendemos fazer, estou a dar uma hipótese para ultrapassar o problema.

Presidente da Assembleia: duas hipóteses para podermos passar ou não a votação da ata e a sua discussão e se o Sr. não quis entender.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: eu quis entender e já houve uma votação e não vejo como ultrapassar isto.

Luís Osório, PSD: esta assembleia com um assunto tão importante para ser discutido, não tem mais hipótese de continuar a não ser que se consiga uma segunda nova votação e pelo interesse maior as pessoas votem a favor. Pelo que eu entendo esta mesa nem devia estar aqui a falar, porque se ata ainda não foi aprovada ainda devia estar a Presidente a falar. Depois de termos um parecer da CCDR-N não vamos cometer uma ilegalidade. Ou se vota a ata ou marcamos uma nova assembleia. Peço ao Sr. Presidente que tome uma decisão.

Presidente da Junta, Sofia Maia: pedia o bom senso de todos os deputados aqui presentes para aprovação desta ata.

Eng. Calisto, não houve uma mistura de poderes e explico-lhe que a situação é que na altura o Sr. Eduardo Vasques de Carvalho tinha uma email institucional e na altura estava ainda a ser feito um email para o Dr. Mário Praça. Como ainda não estava

pronto e como a CCDR-N não aceitava um email da D. Susana, teve de ir do meu institucional e portanto não houve mistura de poderes.

Em relação a esta situação peço a vossa sensibilidade, pois é muito importante o que se bem hoje discutir e sei que existe muita sensibilidade na CDU a estas situações sociais e está hoje em causa uma Creche, um Centro de Convívio, o Centro Social da Arrábida, está em causa crianças, pais, idosos e colaboradores. Como devem saber a Segurança Social não vai ficar eternamente a minha espera por causa de uma ata e por isso quero deixar claro o que está em causa, perante todos. Eng. Calisto e Sr. Perfeito, podem noutra assembleia que vamos ter, discutir, fazer uma nova assembleia, eu só peço a vossa sensibilidade para um assunto de grande sensibilidade e que não é político. Estamos a cumprir a lei.

Perfeito Monteiro, CDU: "Lamentamos imenso que a Sra. Presidente hoje venha aqui dizer ao público que tudo isto está numa aflição louca. Isto é, a Sra. Presidente anda há 2 anos nisto ou há aproximadamente 2 anos a tentar resolver o problema dos equipamentos. É verdade. E chega ao dia 3 de Dezembro de 2015 pretende que estes dossier entrem em vigor no principio do ano e vem aqui acusar a CDU de ser uma coligação que não quer colaborar com os problemas sociais da freguesia. Não é isso. Está implícito nas suas palavras que de facto é isso mesmo o que a Sra. quer afirmar. E de facto não é isso. Tomaram todos pensar em termos sociais como pensa CDU".

Presidente da Junta, Sofia Maia: Sr. Perfeito os dois anos que andei a discutir e se chegarmos a este ponto, vamos explicar porque andamos estes dois anos que foram pelo bem dos fregueses. O que eu quis dizer não tem a ver com este ponto, mas sim com o ponto da ata e esse não posso e nem devo pronunciar-me. Só quero sensibilizar para este ponto.

Perfeito Monteiro, CDU: "É só dizer 2 palavrinhas. Sr. Presidente não fique em certas ocasiões ficar regozijado pelo facto"

Presidente da Assembleia: sou uma pessoa que gosto de ser alegre, de ver as pessoas alegres e ver palmas e sei que o Sr. Perfeito também gosta e não me leve a mal.

Concordo com alguns dos pontos, o porque da ata ser aprovada na assembleia seguinte e que leva a estas questões e uns dos assuntos que já pedi aos serviços é no final de cada reunião se faça uma minuta de uma ata final, para validar aquilo que é feito em cada assembleia.

Se ninguém se opuser passaríamos a discussão da ata e não ficar com o ônus que esta assembleia não deu andamento a estas situações.

Casimiro Calisto, CDU: "Vamos lá ver se a malta se entende e se se ultrapassa isto, porque isto está a ser penoso. Eu acho, que era de todo o interesse, até para nós sancionarmos, até para nós avalizarmos quem está aí sentado que a ata fosse aprovada. Quem veio com este imbróglio, que até agora nós tínhamos sempre decidido mal foi a mesa que veio com esta situação".

Presidente da Assembleia: a mesa possui um parecer da CCDR-N e se considerarmos que isto estava mal, só acho que devemos corrigir.

Casimiro Calisto, CDU: "Isto cá para nós. Como é que de um momento para o outro os senhores se lembram de fazer esta pergunta à CCDR-N. Como é que se lembraram disto? "

Presidente da Assembleia: não foi posta essa questão, mas sim que durante a última assembleia, tivemos um presidente que faz uma abertura de uma sessão, a nomeação que passa por um ato eleitoral e a nomeação de um novo presidente. E a nossa dúvida é quem abre e fecha os livros e foi no fundo esta questão que foi colocada a CCDR-N, nesse sentido.

Casimiro Calisto, CDU: "Nós estamos aqui com alguma flexibilidade porque há toda uma série de argumentação que pode ou não ser válida. Partindo do princípio que como disse ali o Luís Osório pode-se invocar o interesse ou o caráter urgente. Eu não sei se isto vale. Nós nessa condição abtemo-nos, não votamos contra."

Presidente da Assembleia: isto dever ser por unanimidade em sessões extraordinárias e peço que compreenda a minha posição...

Casimiro Calisto, CDU: "Eu sinceramente se tivesse na sua posição tinha feito as coisas totalmente diferentes. Mas cada um é como qual e não estávamos aqui há quase uma hora a discutir isto. Nós não temos problema nenhum e estamos a entrar no período de Natal, não queremos andar para aqui a correr, nós vamos viabilizar, penso que há esse bom senso, vai haver essa tolerância, Nós vamos viabilizar o prosseguimento da assembleia, não é pelo dramatismo que aqui puseram, porque a Segurança Social está em mudança, há muita coisa que já aconteceu noutras freguesias. Mas vale a pena, ter um bocadinho de bom senso"

Presidente da Assembleia: ninguém se opõe que seja passada a aprovação da ata de 27 de outubro de 2015? Srs Deputados, ninguém.

A informação que tenho é que numa sessão extraordinária, as alterações teriam que ser feitas por unanimidade e não por dois terços dos membros da assembleia.

Ninguém se opõem que se passe a discussão e aprovação da ata? Vamos passar a discussão da ata e se alguém se quer pronunciar sobre isso.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: eu queria informar que após a leitura da ata tenho aqui

Presidente da Assembleia: o Sr. Eduardo Vasques de Carvalho abandonou esta assembleia e por isso vai votar a favor, contra, o que não pode é pronunciar-se sobre a ata porque não integrou esta assembleia. Acho que não tem o direito de fazer alterações aos seus depoimentos. Não tem o direito de falar sobre esta ata.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: peço desculpa e com o pode ver ao longo da ata eu estive presente, abandonei a mesa...

Presidente da Assembleia: o Sr. não participou na discussão da assembleia e como não participou, o Sr. não pode emitir opiniões em sua defesa

Lúis Osório, PSD: sugeriria uma proposta, pois esta ata vai dar origem a mais uma hora de discussão e pela importância do tema a seguir, era votar a favor da ata com a condição de se reunir um elemento de cada bancada com o Sr. Presidente da Mesa, para fazerem as alterações que pretenderem.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: Sr. Presidente não concordo consigo e solicito a todos os membros da assembleia que se pronunciem se posso ou não posso falar sobre isto, porque é uma ata onde estive presente...

Presidente da Assembleia: o Sr. não esteve presente, esteve na assistência e até saiu a meio da sessão, mas não esteve presente como deputado nesta assembleia. A ata reflete aquilo que as pessoas dizem e querem que sejam refletidas na sua ata. O Sr. não participou e portanto não pode opinar em sua defesa própria, porque não tem nenhuma intervenção na assembleia.

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: vou aceitar Sr. Presidente, mas digo que amanhã esta ata vai dar entrada no Tribunal Administrativo e na Polícia Judiciária.

José Reis, BE: uma questão em que o Sr. Presidente da Mesa tem razão é acerca da votação, o Sr. Eduardo Vasques de Carvalho não esteve presente, não vota. Quanto a pronunciar-se sobre o que se passou, tem todo o direito, pois não existe nada escrito onde as pessoas presentes numa assembleia, não se possam pronunciar sobre o que foi dito. Quanto ao votar, se não esteve presente não pode votar.

Casimiro Calisto, CDU: "Eu penso que a sugestão que ia lançar, que a solução que ia apresentar, vai de encontro de encontro a todas as partes. Se bem se recordam aqui na aprovação das atas anteriores só há abstenções e geralmente de pessoas que não estiveram presentes na ata anterior. Até agora tem sido por unanimidade. Tem sido tradição nas últimas atas que os serviços, que tem a principal tarefa, transcrevem quase na íntegra o que lá se passa e as diferentes pessoas interessadas em ajudar chegam lá e acrescentam. Tudo isso circula entre as diferentes forças. O que proponho, aproveitando aqui a sugestão do Luis Osório era votar-se à condição e fazer-se o que tem sido feito até aqui. A ata vai na íntegra. Quem quer proceder judicialmente leva a ata na íntegra e estamos todos salvaguardados. Acho a solução correta e que se ultrapassa isto"

Presidente da Assembleia: Sr. Eng. Calisto, só estas duas atas anteriores é que foram traduzidas na íntegra, as anteriores não foram. Sempre que algum deputado pede para acrescentar ou fazer alguma correção, tem sido aceite pelo antigo Presidente e muito bem.

Na minha opinião uma ata é um resumo daquilo que se passou numa assembleia e não tem de ser feita na íntegra e para isso é que existem as gravações.

Casimiro Calisto, CDU: "Eu só estou a dizer transcrever na íntegra porque penso que há um processo em andamento onde as pessoas até podem achar que o que está na ata não foi aquilo que eles disseram e acho que se justifica. Nas assembleias anteriores porque houve toda uma turbulência que toda a gente percebeu e justifica-se da anterior assembleia porque também houve alguma confusão. Em relação ao futuro obviamente, nós temos de arrear caminho e fazer umas minutas da ata onde se diga em que estiveram x pessoa e a votação foi assim ou assado. De futuro podemos modificar."

Presidente da Assembleia: essas são as minutas feitas no final de cada sessão e ata normal tem de ser na mesma aprovada.

Casimiro Calisto, CDU: "E para futuro não tem de se transcrever integralmente. A quem doer que se mexa. Quem achar que o que lá está não é o correto que acrescente e depois valida-se o resto na assembleia. Em relação a esta ata que está pendurada que há esta diferença grande de opiniões. Aprovava-se à condição, como disse o Luis Osório, as pessoas recebiam em Word a transcrição depois cada um dos interessados ouvia-a e punha o que achasse conveniente e validávamos na próxima"

Presidente da Assembleia: a ata faz uma transmissão daquilo que se passa na reunião, ou seja, nem tudo que é gravado ou que se passa a parte e é gravado tem de ser incluído na ata. Foi já enviado para o Sr. Procurador da República a gravação e é uma ata que vem validar alguma questão, mas a gravação está na posse do Sr. Procurador e irá pronunciar-se sobre a legitimidade, ou não, dessa votação.

Cláudia Costa, RM: o regimento desta assembleia, no artigo 51, no que diz respeito as atas, não existe nada que nos diga que tem de ser a tradução integral e citando o nº 1 do artigo 51, diz que em cada sessão é lavrada uma ata que contém um resumo do que essencial nela se passou, indicando a data, o local e os membros presente e ausentes, os pontos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações.

José Reis, BE: a proposta do Dr. Luís Osório não me repugna mas não irá ninguém levantar a questão da legitimidade. Por mim a ata tem de ter o essencial do que se passou na reunião. Na última assembleia o que se passou, numa primeira parte houve uma proposta para demitir uma mesa; segundo ponto, todos se pronunciaram, uns a favor, outros contra e outros mais ao menos; terceiro ponto, foi feita a votação e a proposta foi aprovada, a mesa foi destituída. Segunda parte, proposta de uma nova mesa, a mesa foi aprovada e está constituída. A ata não segue o áudio e bem, porque o que lá está envergonha-nos a todos.

Presidente da Mesa: colocou a votação a ata.

Foi colocada a votação ata 12 de 27 de outubro de 2015:

Contra – 3 (RM) 2 (CDU)

Abstenções – 1 (PSD)

Favor – 12 (5 RM; 4 PS; 2 PSD; 1 BE)

Casimiro Calisto, CDU: "Atendendo à tradição que existia das atas serem fidedignas, a CDU não se revê na ata que nos foi endereçada. Lamentamos ainda mais profundamente que numa situação de correção que pensava era consensual e que salvaguardava as partes, tenha sido derrotada."

Eduardo Vasques de Carvalho, RM: o voto contra deve-se ao facto de a ata ter considerações que não estão de acordo com a gravação e com o que se passou. A ata tem elementos a mais do que realmente se passou na assembleia.

Presidente da Assembleia: vamos passar a ordem de trabalhos:

Apreciação e votação da proposta de Protocolos de Gestão e Comodato a celebrar com a Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro, para o Centro Social da Arrábida (Centro de Dia e Centro de Convívio), Centro de Convívio de Massarelos e Creche de Vilar.

Colocou a discussão dos membros da assembleia de freguesia.

Presidente da Junta, Sofia Maia: para colocar a par os Srs deputados do processo negociável com a segurança social, da transferência dos acordos com as Juntas de Freguesia para uma instituição de forma a continuar esses serviços. Pedia ao Sr. Presidente da Assembleia, que o Dr. Agostinho Silvestre, pudesse explicar a toda a assembleia a parte técnica destes protocolos.

Dada a palavra ao Dr. Agostinho Silvestre.

Dr. Agostinho Silvestre: passou a dar uma explicação meramente técnica acerca destes protocolos.

Tesoureiro da Junta, Carlos Velez: para finalizar a apresentação do Dr. Agostinho queria comunicar que esta decisão dos equipamentos passarem para Adilo, deve ser a nível financeiro, a relação seja sem custo e sem benefício para a Adilo.

Presidente da Assembleia: só ontem foram mandados estes novos protocolos devido a algumas alterações em reunião com o Dr. Agostinho e alguns membros presentes e queria saber se todos receberam, ou se é necessário distribuir.

Casimiro Calisto, CDU: "Nós ao longo do tempo vimos pedindo o ponto da situação sobre esta transferência dos equipamentos sociais para outra entidade, fomos sempre intervenientes, recebemos sempre a resposta que o assunto estava em andamento, se estava a procurar encontrar uma solução e obviamente que nós não concordamos com a solução. Porquê? Por uma questão de princípio e até fico um bocado surpreendido como é que o PSD e o PS que foram os pais destes equipamentos aceitem que haja este atestado de menoridade às autarquias. Porque diz que não pode haver protocolos entre as autarquias e a Segurança Social mas a ADILO pode fazê-lo aqui. Acho que

quem geriu e bem na nossa ótica até aqui, estes equipamentos sociais, acho não devia aceitar de bom grado esta situação. Depois também este dramatismo num período em que toda gente percebe que isto vai acontecer a segurança social de certeza que vai ter outros responsáveis embora também saibamos quem foi o pai desta infeliz ideia foi o Partido Socialista. Portanto acho que vai tudo no sentido contrário do que se apregoa. Fala-se na delegação de competências para as freguesias, as delegações de competências é só para a licença do guarda-noturno e para licença das velas, parece-me. Fala-se sempre na municipalização, é dos transportes e de tanta coisa. E nesta questão que ia funcionando porque há um equilíbrio que tem de ter. Os utentes, que são os fregueses que nós dizemos nos relatórios, que são não sei quantos idosos que frequentam, que são não sei quantas crianças, esses utentes merecem ser defendidos. E uma das coisas que também queria levantar. Nós fizemos a meio de 2014 um regulamento por causa do "tirar do tapete" ao ATL do Bom Sucesso. Eu gostava de perceber se há esta bondade de se transferir um equipamento para uma associação interinstitucional. Se se já se pode fazer essa passagem do protocolo porque é que não acontece na questão do ATL. Até porque há verbas alocadas no Orçamento de 2015 com o funcionamento do ATL do Bom Sucesso. É só para dizer se a Segurança Social até há bem pouco tempo tinha protocolos que cortou em 2014, em 2015 nesta passagem para a ADILO se não poderia haver. Também me espanta um bocadinho esta lógica de a meia dúzia de dias de terminar o ano, com isto de tem de ser agora. Estou convencidíssimo e há experiência noutras freguesias da cidade que as decisões eram para ser tomadas em Setembro e continuam a funcionar e a Segurança Social não tem a coragem de "fechar a torneira". E outra coisa que eu quero perceber é se havendo todo este clausulado da lei que obriga as autarquias a não fazer se há alguma possibilidade de se reverter, porque há uma coisa que toda a gente teme, eu não sei quantos funcionários estão envolvidos mas qualquer um de nós com 20 anos, 30 anos de ligação à função pública ser colocado nesta situação, em que tem de decidir e se não decidir o que lhe pode acontecer, são coisas que não se pode votar de ânimo leve"

Luís Osório, PSD: em relação a gestão dos equipamentos não posso falar de Massarelos, pois não conhecia. Em Lordelo do Ouro sempre se geriu os equipamentos da melhor forma possível. Em relação ao protocolo ficamos tranquilos no encontrar de uma solução que garanta o bem-estar dos utentes e dos colaboradores.

Presidente da Junta, Sofia Maia: concordo com o Eng. Casimiro que os equipamentos deviam continuar com a União de Freguesias e espero se conseguirem alterar a Lei retorne a União de Freguesias. Quanto ao ATL, a segurança social deixou de ter protocolos com os ATL e foi aprovado num desta sessões de assembleia, a junta assumir o ATL e darmos continuidade a esse mesmo equipamento.

José Reis, BE: no plano político nós também somos contra da transferência de equipamentos das autarquias para as IPSS, pois enfraquece as autarquias. No plano geral a uma situação de recurso para responder a uma lei mal feita.

Perfeito Monteiro, CDU: "o documento que hoje está em discussão é o resultado de medidas impostas às populações por anterior governo do PSD e do CDS mais o Partido Socialista durante a última legislatura. Podemos e devemos invocar aqui muitas dessas

medidas que não tiveram outro objetivo se não entregar a privados os serviços prestados às populações pelo sector público onde o poder local foi pioneiro. A forma eficaz de destruir este importante setor foi anunciar o corte de financiamento às juntas de freguesia de todos os equipamentos que servem as populações tendo a certeza que muitos destes equipamentos deixariam de funcionar parece-me que é este o caso. Os protocolos que nos são hoje apresentados parece-nos que toda a responsabilidade quer sejam técnica, recursos humanos, financeiras e outras é da junta de freguesia, deixando a zero em termos de responsabilidade e isto preocupa-nos. E isto preocupa-nos pois se isto fosse partilhado provavelmente teríamos, perdoem-me dizer isto, mas é isto que eu sinto, que teríamos outro élan nesta conjugação de esforços para os equipamentos sociais. Mas também nos parece aqui outra coisa curiosa. Lembra-se da saudosa Ivone Silva que tinha um espetáculo, um monólogo entre a Olívia Patroa e a Olívia Costureira. Estes protocolos parecem-me são parecidos com isto que ela dizia muitas vezes. Protestava com a Olívia Patroa, a Olívia Costureira e vice-versa. Aqui vamos ter a mesma dificuldade e não sei se se chegará a esse ponto. É que de facto a Sra. Presidente da Junta não sei se terá alguma dificuldade em caso de conflito em dialogar com a Dra. Sofia Maia, que é a Presidente da ADILO. Uma coisa tenho a certeza que este acordo e perdoem-me a minha imodéstia só foi possível porque a Sra Presidente da Junta também é Presidente da ADILO. Portanto, nós não concordamos com esta situação e mantemos esta discórdia e portanto o nosso voto vai ser de contra. O Sr. deputado Luís Osório, às vezes apetece-me falar diretamente para o senhor, porque de facto o senhor de facto é mesmo um bom contador de histórias. Disse-lhe isso aqui atrasado mas reafirmo hoje. Não tenha preocupações com a possibilidade de reverter todo este processo. Tudo isso estará de certo modo encomendado. Não tenha pressa na lentidão que nós provavelmente segundo diz amos utilizar neste processo. Os senhores foram muito mais rápidos do que a nossa lentidão em por de pé todo este processo prejudicando toda a população. O nosso voto sobre isto vai ser contra”.

Tesoureiro da Junta, Carlos Velez: duas questões, uma política, legítima e cada parte defende a sua ideologia e outra é a aprovação da resolução deste problema. Esta resolução permite financeiramente possível manter estes equipamentos e tanto os funcionários como os utentes não vão sentir diferença nenhuma, pois os equipamentos vão ser geridos pelo mesmo técnico, pelas mesmas pessoas.

Casimiro Calisto, CDU: “Eu penso que quanto à bondade desta lei, quer quem teve responsabilidade há muito tempo quer quem saiu do governo há pouco toda agente critica a lei e que a lei deve ser modificada porque é como eu já disse um atestado de menoridade às autarquias. Eu penso que estamos todos em sintonia quanto ao que se pretende do Estado. Há o Estado Central e o Estado mais pequenino a nível das autarquias, que tem sido desvalorizado, tem sido agredido e obviamente eu sabemos todos que o que a lei diz é exatamente tirar o Estado de muita cisa e entrega-la a outras entidades. Obviamente que a solução encontrada com a ADILO, apesar de nós, por uma questão do conceito, estarmos contra, é melhor solução em relação a outras instituições. Mas há temores que todos nós temos e já sei que o Dr. Agostinho e a Dra. Sofia vão estar atentos a isso mas quem vai gerir é a ADILO que não é só a Junta de

Freguesia. As Obras Vicentinas também têm interesses e até estou a ver por exemplo, como agora está muito em voga falar-se em sinergias, por exemplo, se calhar acabar com alguns postos de trabalho porque se calhar há uma cozinha maior em determinado sítio que pode fornecer a toda a gente. E podem aí as pessoas começarem a ficar com uma situação que não é a melhor. Em relação à situação concreta destes protocolos penso que atendendo a toda uma envolvente política de alteração legislativa que pode acontecer não percebi este sprint para se aprovar agora. Em relação à solução do mal, o menos. Penso que a ADILO está perfeitamente enquadrada em Lordelo, mas por uma questão de princípio achamos que as autarquias têm capacidade, tiveram durante décadas, foram pioneiras, puseram de pé muita coisa e não mereciam serem descartadas deste modo”.

Presidente da Junta, Sofia Maia: Sr, Eng. Calisto o que vai acontecer com esta freguesia também acontecer com outras, ou seja em janeiro de 2016 a segurança social deixa de transferir os valores para as uniões de freguesia e daí o timing. Este processo já era para acontecer em setembro de 2015. E pelo que percebo a CDU está contra a Lei e não contra a nossa solução, por este executivo.

Sr. Perfeito, sou Presidente da Adilo mas tem uma direção da qual fazem parte várias pessoas, como por exemplo o Dr. Marco, Dra Beatriz, Dra Paula Martins, portanto isto passou por várias fases, não decidi sozinha.

Casimiro Calisto, CDU: “Era só uma questão que eu queria aclarar. Em relação aos funcionários envolvidos, disse que são 4 no centro social da Arrábida, na creche de vilar quantos são? É só por curiosidade, porque não estava a bater certo com a informação que eu tinha do mapa de pessoal de há uns tempos atrás. Está esclarecido. Mas em relação à minha eventual informação privilegiada, se acaba em 2015 ou se continua. Eu só quero dizer o seguinte. A Dra. Sofia quando teve uma reunião em 18/3/2014, dizia-se na ata que foi distribuída que a 31/8/2014 acabava logo os acordos de cooperação na área da infância e da juventude e a 31/12/2014 também acabavam os acordos da 3ª idade. Portanto é só para dizer que não tenho informação privilegiada nenhuma mas o que eu duvido muito é que a Segurança Social, se não houvesse esta solução, que estou convencido pelo ferrete, pelo anátema que põe nas autarquias será revertido. Tenho essa esperança. Mas estou convencido que a Segurança Social não ia fechar os cofres, nesta fase de transição, se a junta continuasse ainda com o protocolo antigo”

Presidente da Assembleia: os protocolos foram discutidos na globalidade e não especificamente e se mais ninguém quer usar da palavra vou colocar a votação em separado. Informo que o Dr. Marco não está presente nesta votação por ser membro integrante da Adilo, assim como a Dra Beatriz.

Votação dos protocolos:

- Centro Social da Arrábida (Centro de Dia e Centro de Convívio) – 13 votos a favor (3 PS, 7 RM e 3 PSD), 1 abstenção (BE) e 2 votos contra (CDU);

ATAS

- Centro de Convívio de Massarelos - 13 votos a favor (3 PS, 7 RM e 3 PSD), 1 abstenção (BE) e 2 votos contra (CDU);

- Creche de Vilar - 13 votos a favor (3 PS, 7 RM e 3 PSD), 1 abstenção (BE) e 2 votos contra (CDU);

Foi marcada nova assembleia de freguesia para o dia 16 deste mês e o Tesoureiro da junta colocou-se a disposição para no dia 14 deste mês pelas 18h 30 estar ao dispor para esclarecer alguma dúvida quanto ao orçamento.

Para dar legitimidade a sessão passaria a ler a minuta da ata reduzida (remeto para a minuta da ata para efeitos deliberativos.

Foi colocada a votação a ata minuta e foi aprovada por unanimidade.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e lavrada a presente ata (que se encontra na integra na gravação, disponível nos serviços da Secretaria da Junta) que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Maria João Miguel de Faria Almeida da Silva

